



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a
Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Eliminação do Aumento do IUC para os veículos anteriores a 2007

Proposta de Alteração

TÍTULO II

Disposições fiscais

Capítulo

Secção III

Imposto Único de Circulação

Artigo 162.º

[Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação]

Os artigos 7.º e 9.º a 15.º do Código do Imposto Único de Circulação (Código do IUC), aprovado em anexo à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º

[...]

1 - [...]:

- a) (...);
- b) [...];
- c) [...];
- d) (...);
- e) (...);
- f) [...];

g) [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

Artigo 9.º

[...]

(...).

(...)

Artigo 13.º

[...]

(...).

(...)»

Assembleia da República, de novembro de 2023

Os Deputados,

Duarte Alves, Bruno Dias, Paula Santos, Alma Rivera, Alfredo Maia, João Dias

Nota justificativa:

O PCP opõe-se a esta decisão do Governo PS de aumentar fortemente o IUC para os veículos de categoria A e E anteriores a 2007. Esta decisão apresentada na proposta de Orçamento do Estado para 2024 é mais uma aberrante injustiça fiscal que o PCP tudo fará para impedir.

Este aumento do IUC não pode ser usado pelo Governo, nem pelo PSD, Chega e IL, para afastar as atenções de outras políticas e injustiças fiscais que a proposta de Orçamento do Estado para 2024 prossegue, nomeadamente o alargamento dos benefícios e privilégios fiscais às grandes empresas e proprietários ao mesmo tempo que promove a degradação dos serviços públicos e o empobrecimento generalizado da população.

Esta política executada pelo PS com o apoio do PSD, Chega e Iniciativa Liberal tem merecido, e continuará a merecer igualmente, o combate do PCP, seja na denúncia e recusa das suas opções, seja na apresentação de propostas alternativas que garantam mais justiça a quem trabalha e trabalhou uma vida inteira.

O aumento do IUC é uma medida errada e dirigida precisamente àqueles que menos têm e menos podem, aos que vivem dos seus baixos salários e pensões e que mais têm sentido o aumento do custo de vida. Seja pelo aumento dos preços dos bens alimentares, da energia, dos combustíveis, das prestações ou da renda da casa, a esmagadora maioria da população tem visto o seu poder de compra diminuir e as suas condições de vida agravarem-se fazendo mensalmente um esforço brutal para que o salário chegue ao fim do mês, e em muitos casos nem assim conseguem fazer face a todas as despesas essenciais.

Não é por vontade de poluir que o povo não compra carros mais modernos, é por falta de rendimentos e de alternativa. Tão mais injusto quando esta medida é promovida por um Governo que recusa adoptar uma verdadeira e decidida política de promoção e aumento da oferta e qualidade dos transportes públicos, deixando o povo sem alternativa ao uso do veículo próprio para ver assegurada à sua conta a sua necessidade de mobilidade, incluindo para ir trabalhar.

Se o argumento utilizado para impor mais um aumento contra o povo é a chantagem pela redução do preço das portagens nas ex-SCUT, o PCP reafirma que a solução é pôr fim às portagens nestas vias fundamentais acabando também com os ruinosos contratos PPP que garantem todos os anos centenas de milhões de euros aos grupos económicos privados que vivem à custa do Orçamento do Estado e do sacrifício e empobrecimento do povo português.

O PCP reafirma o compromisso de prosseguir a intervenção e a luta contra este aumento do IUC e por uma política fiscal e de transportes mais justa que defenda os interesses e os direitos dos trabalhadores e do povo português.